

Aquilombamento como estratégia de cuidado e permanência de estudantes negros na Universidade Federal de Alagoas.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17013962>

José Matheus Costa dos Santos (Psicologia/Instituto de Psicologia)

Email: jose.matheus@ip.ufal.br

Adson Santos Correia Filho (Psicologia/Instituto de Psicologia)

Email: adson.filho@ip.ufal.br

Resumo: Este artigo parte do conceito de quilombamento — entendido como território de ancestralidade, resistência, fortalecimento, refúgio, acolhimento e rede de apoio — para pensá-lo como uma estratégia de (auto)cuidado e permanência de estudantes negros e negras no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Nesse sentido, o coletivo Pretes Psi constitui-se a partir das demandas de jovens negros por fortalecimento mútuo e compartilhamento dos sofrimentos vividos na graduação e em suas experiências fora da universidade. Os encontros do coletivo têm como objetivo promover o quilombamento por meio de conversas sobre os desafios e as necessidades dos participantes, buscando coletivamente caminhos que incentivem a permanência de estudantes negros e negras na graduação. Espera-se que este artigo contribua com outros estudantes em situação semelhante, apresentando o quilombamento como prática de (auto)cuidado e como estratégia para fortalecer trajetórias negras no ensino superior.

Palavras-chave: Psicologia; Aquilombamento; Ações afirmativas; Permanência estudantil; Juventude negra.

Abstract: This article draws from the concept of quilombismo — understood as a territory of ancestry, resistance, empowerment, refuge, care, and support network — to think of it as a strategy of (self)care and permanence for Black students in the Psychology undergraduate course at the Federal University of Alagoas. In this sense, the Pretes Psi collective was created from the demands of Black youth to strengthen themselves and share their sufferings arising both from academic life and from experiences outside the university. The group's gatherings aim to create a space of quilombamento through conversations about the participants' challenges and needs, while also seeking collective ways to encourage the academic persistence of Black students. This article aims to support other students in similar situations by presenting quilombamento as a practice of (self)care and a strategy to strengthen Black trajectories in higher education.

Keywords: Psychology; Quilombism; Affirmative action; Student permanence; Black youth.

Àkótán ní Èdè Yorùbá: Àpilẹ̀kọ yìí dá lóri imọ̀ràn àkìlòmbò — tí a lò gégé bí agbègbè itàn àtijó, ifarapa, agbára, ààbò, itoju àti nẹ̀tíwọ̀kì ibàṣepọ — láti ronú rẹ̀ gégé bí ọ̀nà itoju (àtawọ̀n èniyàn fúnra wọ̀n) àti idúró pẹ̀lú fún àwọ̀n akẹ̀kọ́ aláwọ̀ dúdú nínú ẹ̀kọ́ sáyẹ̀nsi ọ̀kàn (Psychology) ní Yunifásítì Àpapọ̀ tí Alagoas. Nínú itàn yìí, ẹgbẹ̀ Pretes Psi dá sílẹ̀ gégé bí idáhùn sí idájó àwọ̀n ọ̀dọ̀dún dúdú tó fẹ́ kí wọ̀n ní agbára, kí wọ̀n sì pín irora wọ̀n pẹ̀lú ara wọ̀n nítorí ìrírí tí wọ̀n ní ní ilẹ̀-ẹ̀kọ́ àti lóri ayé gbà. Ìpàdẹ̀ ẹgbẹ̀ náà dá lóri ìjíròrò pẹ̀lú nípa ìsòrò, irora àti àìní àwọ̀n ọ̀mọ ẹgbẹ̀, àti sí àwàrí ọ̀nà pẹ̀lú láti mú kí wọ̀n lè bá ẹ̀kọ́ wọ̀n lọ. Àpilẹ̀kọ yìí fẹ́ kí ó jẹ́ imúlò fún àwọ̀n akẹ̀kọ́ mìí tó wà nípa bèbè yìí, nípa fífí àkìlòmbò hàn gégé bí ọ̀nà itoju àti agbára idúró wọ̀n nínú ilẹ̀-ẹ̀kọ́ gíga.

Àwọ̀n Kókó Ọ̀rọ̀: Sáyẹ̀nsi ọ̀kàn; Àkìlòmbò; Ìṣe àfihàn; Idúró ní ilẹ̀-ẹ̀kọ́; Ọ̀dọ̀ dúdú.

Introdução

As ações afirmativas consistem em um conceito político e social fundamentado nos princípios republicanos e democráticos da justiça social e da cidadania. Têm por finalidade orientar medidas concretas, capazes de produzir efeitos coletivos na redução, ainda que gradual, das hierarquias sociais que sustentam desigualdades e discriminações historicamente instituídas nas sociedades contemporâneas (Mattos, 2020).

Nesse sentido, as ações afirmativas buscam instituir, por meio das políticas públicas, a igualdade de oportunidades e condições, o reconhecimento social e a representação política. Visam assegurar que, independentemente de pertencimento étnico-racial, identitário, físico ou histórico, pessoas em situação de vulnerabilidade possam ter garantido o princípio da equidade nos processos de construção de uma vida digna, saudável e com perspectiva de futuro — tanto individual quanto coletiva — em conformidade com os padrões médios da sociedade em que vivem (Mattos, 2020).

Uma das formas mais eficazes de aplicação das ações afirmativas, segundo Mattos (2020, p. 321), são as políticas públicas. Para o autor, sua eficácia está na capacidade de se institucionalizarem por meio de instrumentos legais e normativos que, com o tempo, promovam a interiorização cultural e duradoura da sua necessidade nos processos contemporâneos de construção da igualdade.

Nessa perspectiva, as políticas de cotas — especialmente as étnico-raciais — ganharam centralidade nos últimos anos. Fruto das lutas e reivindicações dos Movimentos Negros (Silva, 2024), essas políticas têm como propósito reverter o cenário de desigualdade social e educacional que historicamente afeta a população negra no Brasil.

As cotas raciais conquistaram um lugar de destaque no debate público nacional até a promulgação da Lei Federal n.º 12.711, de 2012, que instituiu a reserva de vagas para estudantes negros e indígenas em todas as universidades federais (Carvalho, 2020). Antes disso, destacam-se como pioneiras a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que em 2000 destinou 50% de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, e a Universidade de Brasília (UnB), que em 2003 oficializou as cotas raciais após discussões iniciadas em 1998 a partir do emblemático caso de Arivaldo Lima Alves. No contexto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), destacam-se duas resoluções importantes: a

Resolução n.º 33/2003 (CONSUNI) e a Resolução n.º 09/2004 (CEPE), que instituíram o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior e normatizaram a distribuição das vagas.

Sem dúvida, as cotas étnico-raciais representam um marco para a construção de uma sociedade orientada pelos princípios democráticos da igualdade e da justiça social. No entanto, embora essas ações tenham ampliado o ingresso de estudantes negros, negras e negres no ensino superior, elas não eliminam os efeitos do racismo institucional, que continua a se manifestar nos corredores das universidades (Almeida, 2019).

Esse racismo universitário se expressa, por exemplo, na crença de que “negros, indígenas e quilombolas deveriam ocupar apenas o lugar de aprendizes” (Carvalho, 2020, p. 82), ou de que “somente os brancos seriam capazes de absorver o assim chamado alto saber universitário eurocêntrico, e a presença de negros e indígenas faria cair a qualidade acadêmica da instituição” (Carvalho, 2020, p. 81-82). Essas ideias permearam os debates sobre a implantação das cotas. O racismo também se materializa nas falas e atitudes, explícitas ou sutis, de docentes e técnicos, e na ausência de políticas de permanência que assegurem condições dignas aos discentes negros. Esses fatores incidem diretamente sobre os corpos negros, afetando sua saúde mental e permanência na universidade (Santos, 2023).

As universidades seguem sendo espaços majoritariamente brancos e para corpos brancos (Bento, 2022), frequentemente alheios às novas formas de fazer e produzir conhecimento, aos desafios da permanência de estudantes negros e negras e à urgência de combater o racismo institucional. Tal configuração provoca sentimentos de não pertencimento, exclusão das dinâmicas acadêmicas e dificuldade de habitar o território universitário. Isso pode gerar impactos profundos nas subjetividades de estudantes negras, negros e negres — como a sensação de inadequação, o adoecimento psíquico e, muitas vezes, a evasão acadêmica.

Como descreve Silva (2022, p. 13): “por alguns semestres da graduação experimentei uma grande apatia pelo curso, cercada por ideias incompatíveis com a minha realidade, questioneimei-me por ocupar aquele lugar, um espaço sem vida e sem sentido ao meu corpo”. Em muitos casos, a universidade não se opõe à branquitude; ao contrário, caminha com ela (Schucman, 2014; Bento, 2022), intensificando o sofrimento e o adoecimento de estudantes

negros. Diante dessa realidade, torna-se urgente que discentes negros e negras desenvolvam estratégias coletivas de resistência e cuidado.

Neste artigo, propomos refletir sobre uma dessas estratégias: o aquilombamento. A partir da experiência do Coletivo Pretes Psi — formado por estudantes negros e negras do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas — buscamos compreender como o aquilombamento tem operado como prática de (auto)cuidado e estratégia de permanência no espaço universitário.

O coletivo foi criado a partir da necessidade de fortalecimento mútuo entre jovens negros e do desejo de compartilhar os sofrimentos oriundos da graduação e das experiências para além dos muros da universidade. Seus encontros têm como propósito aquilombar os discentes por meio da escuta e da conversa sobre os desafios, dores e necessidades que enfrentam no ambiente acadêmico. Além disso, o coletivo atua como espaço de articulação para fomentar discussões interseccionais sobre raça, gênero e sexualidade no curso de Psicologia.

Por fim, se as ações afirmativas nos possibilitam acessar a universidade, é preciso também pensar em como nela permanecer. Isso implica refletir sobre estratégias de enfrentamento ao racismo institucional e de construção de espaços mais acolhedores e plurais. O aquilombamento, nesse contexto, surge como gesto político-afetivo de resistência e criação.

Entre o Epistemicídio e o Aquilombamento

A política de cotas ocupou um espaço central nos debates públicos, dividindo opiniões entre seus defensores e opositores. Entre as diversas discussões, tornou-se comum questionar se pessoas negras, indígenas e quilombolas estariam aptas a ingressar nas universidades, ou se a presença desses grupos comprometeria a qualidade acadêmica (Carvalho, 2020). Essa questão está relacionada à capacidade dos grupos historicamente marginalizados de manter a qualidade do *status quo* da epistemologia eurocêntrica presente nas universidades brasileiras (Carvalho, 2020; Mattos, 2020).

Em uma primeira análise, pode-se observar que não se esperava que a implementação das cotas étnico-raciais promovesse uma descolonização dos currículos universitários, tampouco que pessoas negras pudessem trazer suas epistemologias para dentro das instituições. Eles e elas “deveriam ocupar apenas o lugar de aprendizes” (Carvalho, 2020, p.

82). A grande questão a ser debatida, portanto, é se as universidades estão preparadas para receber esses estudantes e se possuem capacidade para descolonizar o conhecimento eurocêntrico que predomina no ambiente acadêmico.

As condições de fundação das universidades brasileiras foram unilaterais, marcadas por uma única perspectiva epistemológica. Segundo Carvalho (2020, p. 84),

A condição de criação das nossas universidades foi colonizada. Nossa elite branca trouxe uma elite acadêmica europeia branca para fundar uma universidade estritamente nos moldes das universidades ocidentais modernas (Carvalho, 2020, p. 84).

O conhecimento considerado legítimo e válido era/é o europeu, fazendo com que as universidades fossem um prolongamento da Europa, carregando seus princípios, segregações e mitos (Carvalho, 2020).

O principal entrave nesse processo reside na recusa em dialogar com outras formas de produção de conhecimento, perpetuando o epistemicídio (Carneiro, 2023). Conforme Mbembe (2019), uma das características do pensamento europeu é o fechamento do mundo ao seu redor, um altericídio geográfico, social e cultural (Ferdinand, 2022). O que não é semelhante ao branco e cis, deveria desaparecer diante dos valores europeus tidos como superiores. Na perspectiva do intelectual martinicano Frantz Fanon, os “não iguais” não deveriam resistir ontologicamente ao olhar branco (Fanon, 2020).

Não há dúvidas de que nossas universidades são espaços de colonização do território existencial e mental (Veigas, 2019; Carvalho, 2020). Elas “se instalaram porque eram inteiramente brancas, o que facilitou a identificação dos nossos acadêmicos com seus pares (brancos) europeus” (Carvalho, 2020, p. 85). Ou seja, trata-se de um fechamento em torno do conhecimento, dos valores, autores, teorias e conceitos exclusivamente europeus.

No curso de Psicologia, observa-se um corpo docente, técnico e discente majoritariamente branco. Essa não é uma realidade singular, pois, segundo Jacqueline Meireles et al. (2019, p. 3), “Psicologia é uma profissão predominantemente composta por mulheres brancas, orientadas por referenciais teóricos euro-americanos produzidos por homens”. Tal realidade não é um problema isolado, mas pode explicar a ausência de debates sobre o impacto do racismo nas subjetividades negras e a reprodução do racismo no curso e nas universidades brasileiras (Meireles et al., 2019).

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Milena Wanderley e Daniel Fernandes (2023), problematiza-se a ausência de estudos que abordem raça, racismo e branquitude ao longo das fases do desenvolvimento humano, cabendo aos discentes questionar e sugerir tais temas à docência do curso de Psicologia. Outro TCC, de Yasmin Maciane (2022), traz dois exemplos que ilustram como o Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas reproduz, majoritariamente, um antirracismo cordial. Esse antirracismo é usado mais como mecanismo de defesa contra acusações de racismo do que como compromisso ético-político real para o enfrentamento do racismo institucional (Almeida, 2020).

Sarah Ahmed, em “Viver uma vida feminista (2022)”, aborda como identificar e apontar o racismo e o sexismo dentro das instituições pode acarretar problemas para quem o faz. Ser taxado de estraga-prazeres ou simplesmente silenciado são estratégias para manter o *status quo*. Com a presença crescente de discentes negros, comportamentos e discursos abertamente racistas e sexistas começaram a ser contestados e discutidos nas universidades, gerando um mal-estar — e, muitas vezes, a rotulação desses estudantes como agressivos ou repetitivos (Veigas, 2019). Nesse caso, o mal-estar não é íntimo, mas político (Veigas, 2019). Para Fanon (2020, 2022), a descolonização é sempre um processo violento, seja nas universidades, seja em seus currículos, por revelar uma visão essencialista e folclorista sobre estudantes negros, enquanto endeusa corpos brancos (Veigas, 2019; Schucman, 2014; Bento, 2022; Carvalho, 2020).

Nesse contexto, surge o Coletivo Pretes Psi, que visa promover saúde por meio do aquilombamento, motivado pela urgência de pensar estratégias de cuidado diante das políticas de morte que afetam os corpos negros dentro e fora das universidades. Como lembra Veigas (2019), os quilombos foram dispositivos essenciais “na preservação da identidade, da dignidade, da cultura e da saúde mental da população negra” (p. 248). Assim, podemos nos aquilombar visando a permanência em nossas instituições.

O movimento de coletivos construídos e liderados por jovens negros e negras tem crescido significativamente, “demonstrando uma força revolucionária que historicamente produz conhecimentos e intervém para transformar a realidade social” (Rabelo, 2021, p. 150). O pertencimento a um grupo, muitas vezes, configura uma alternativa de sobrevivência (permanência) e construção identitária saudável para jovens negros em contextos majoritariamente brancos, onde a branquitude é corporificada como inteligência, ética e

beleza (Schucman, 2014). Isso se manifesta quando docentes selecionam apenas estudantes brancos para seus grupos de pesquisa, ou quando os discursos repetidos por estudantes negros precisam ser reiterados diversas vezes, enquanto um único discurso similar vindo de um estudante branco é prontamente aceito.

Conforme Rabela (2021), ainda que a academia seja vista pelos jovens negros como um ambiente colonizador e discriminatório, ela também pode ser um espaço de “ressignificação da identidade racial e de ação política, especialmente quando esses estudantes se reúnem coletivamente, em grupos, coletivos ou núcleos de pesquisa, ensino ou extensão” (Rabela, 2021, p. 154). Assim, o aquilombamento pode ser compreendido como uma estratégia de construção identitária saudável, sobrevivência, permanência e (auto)cuidado dos discentes negros no ensino superior. Para o autor (2021, p. 156), “o potencial associativo das juventudes negras fornece um sustento para si mesmas, reunindo forças para enfrentar processos de exclusão”. Em consonância, Veigas (2019) afirma que “o encontro entre negros e negras é cura” (p. 248), principalmente em um ambiente hostil à existência e aos saberes desses sujeitos.

É precisamente nessa encruzilhada que o aquilombamento, como estratégia de permanência, ganha corpo — entre o enfrentamento da branquitude nas universidades brasileiras e a força criativa da juventude negra na descolonização dessas instituições, desenvolvendo estratégias coletivas para continuar a graduação. O quilombo, quando necessário, é guerreiro, mas também pode ser um espaço de paz, sabedoria e acolhimento. Diferentemente do entendimento de quilombo como mero espaço de fuga, aqui ele é pensado como território de produção de vida e encantamento do mundo (Simas; Rufino, 2020).

Coletivo Pretes Psi e o contexto universitário no Brasil

Como nos alerta Lucas Veigas, em seu artigo intitulado *Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta* (2019), “o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político” (p. 244). As experiências das pessoas negras trazem como marca o sofrimento, seja pela diáspora forçada que transformou seus corpos em moeda num mundo hostil à sua existência (Mbembe, 2018), seja pelo genocídio das suas juventudes, pelo encarceramento em massa de homens e mulheres negras, pelo estupro dos corpos das mulheres negras pelo colonizador (Ribeiro, 2019), pela criminalização do corpo negro

(Almeida, 2020), e por outros diversos fenômenos em que o racismo incide em nossas vidas (Souza, 2008; Ferdinand, 2022).

Ainda que não tenham vivido diretamente o período escravocrata como seus ancestrais, pessoas negras carregam em sua pele as marcas desse período. Nesse jogo, segundo Grosfoguel e Figueiredo (2009, p. 225), “no Brasil, a ‘independência sem descolonização’ manteve negros, pardos e indígenas excluídos, explorados, marginalizados, segregados dos espaços de poder social, cultural, econômico, político e educativo”. Como poderíamos pensar, então, na permanência de estudantes negros em uma graduação em Psicologia, se estamos inseridos num país que implementou (Figueiredo; Grosfoguel, 2009; Schucman, 2014) e perpetua uma política de embranquecimento da população? Mais ainda se considerarmos que, inicialmente, os saberes psicológicos se baseavam nas teorias racistas das Escolas de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, com ênfases racialistas, biológicas e culturalistas (Silva, 2018).

O que estava em jogo para esses autores era tratar os negros como um problema a ser resolvido. A partir de uma visão folclorizada e essencialista, eles foram concebidos “como uma doença a ser extirpada de nosso meio, o negro se viu vítima de políticas que evidenciaram o quanto ele era indesejado nas aspirações de nossa classe letrada, a qual não poupou esforços para vê-lo e fazê-lo desaparecer” (Silva, 2018, p. 66).

Nesse sentido, deparamos com o que é usualmente denominado “o problema negro”. Seja nas ciências sociais, na psicologia ou em autores como Nina Rodrigues e Arthur Ramos, os estudos sobre as relações étnico-raciais foram tratados como inautênticos, nas palavras de Guerreiro Ramos (Bernardino-Costa, 2020), devido ao não entendimento de que o problema negro “era produzido por uma sociedade que queria ser branca” (Bernardino-Costa, 2020, p. 250), assim como pela assimilação acrítica de teorias e conceitos europeus e norte-americanos para pensar a realidade brasileira. Aqui, o problema consiste em abordar o negro “mais com um caráter folclórico do que propriamente sociológico” (Souza; Mendonça, 2018, p. 41), e em não pensar a realidade brasileira como singular, histórica, cultural e socialmente distinta da Europa e dos Estados Unidos. Figueiredo e Grosfoguel (2007) buscam elucidar os motivos da existência de uma política de esquecimento acerca das contribuições acadêmicas de autores negros e negras a partir da carreira de Guerreiro Ramos. Nesse contexto,

Quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor. Essa dimensão das representações sobre a sociedade brasileira dificulta não só a visibilização de práticas racistas em nosso cotidiano, quanto a rejeição à aceitação de políticas públicas voltadas para segmentos específicos da população com base na cor/raça (Figueiredo; Grosfoguel, 2007, p. 40).

Em nossas universidades, ainda há enorme dificuldade em reconhecer o racismo presente no meio acadêmico ou compreender, como para Figueiredo e Grosfoguel (2007, p. 40), “o racismo existente nas universidades, enquanto expressão de um fenômeno que ocorre na sociedade”. Diferentemente do que muitos acreditam, a universidade não representa um espaço distinto da sociedade, no qual as pessoas são seres que transcendem aquelas que estão fora dela. Em ambos os casos, as relações de opressão são mantidas (Souza et al., 2023), ganhando nova roupagem e desdobramentos — mais cordiais e sutis —, mas com o mesmo grau e nível de violências para as pessoas negras.

O que acontece, neste caso, é que “o Brasil é um país em que existe racismo sem que haja racistas, como o racismo é visto como algo abstrato” (Figueiredo; Grosfoguel, 2009, p. 229). Ou, como gostamos de denominar, o racismo que existe em nossas universidades está apenas em seus livros acadêmicos, e não nos seus corredores, docentes e técnicos, exclusivamente nos livros. O racismo, em nossas instituições, está apenas nos livros ou fora delas.

Ainda segundo Figueiredo e Grosfoguel (2007, p. 40), “a negação do racismo nos espaços universitários termina por reproduzir o discurso perverso de que as cotas, em lugar de aumentar o número de negros nas universidades, vão criar o racismo e a discriminação num espaço supostamente imune a essas práticas”. Se assim for, como poderíamos explicar que “as universidades federais constituem um espaço majoritariamente branco, muitas vezes em cidades em que a maioria absoluta da população é negra” (Figueiredo; Grosfoguel, 2009, p. 231)? Há uma segregação na ocupação dos cargos técnicos, na docência universitária, no ingresso de novos estudantes e na permanência dos discentes mantida pelo pacto da branquitude (Bento, 2022), e esses são os desdobramentos do racismo em sua materialidade na realidade, um acordo que visa “manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos institucionais” (Bento, 2022, p. 18).

Nesse panorama, Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 229) destacam que “efetivamente, conhecemos muito pouco sobre o cotidiano dos alunos negros e de como se presentifica o racismo nas suas diferentes formas e manifestações (negação/rejeição/estereótipos) dentro das

universidades brasileiras”. Sem dúvida, uma forma de lidar com a presença do racismo nas universidades é através do quilombamento.

É nesse sentido que o Coletivo Pretes Psi se torna exemplo da potencialidade da juventude negra em descolonizar a universidade, bem como de promover a permanência e o (auto)cuidado dos discentes negros no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

Esse coletivo de jovens negros e negras surgiu, rigorosamente, dos sentimentos de incapacidade, sensação de não pertencimento e experiências de solidão que a universidade pode gerar para corpos não brancos (Filho, 2022). Há inúmeros casos que apresentam confluências com essas afetações destes alunos e alunas, por exemplo, o caso Ari⁷, “o primeiro aluno negro que havia conseguido ingressar no Doutorado, após mais de vinte anos de funcionamento do Programa. Pior ainda, ele foi o primeiro doutorando a ser reprovado naquela disciplina obrigatória” (Carvalho, 2022, p. 2).

Pretes Psi é fruto de um trabalho para a disciplina Processos Educacionais II, ministrada pela professora Angelina Nunes, para obtenção de nota referente à primeira avaliação da disciplina. A partir dessa intervenção, foi criado um grupo no WhatsApp que, posteriormente, em 16 de maio de 2022, na Universidade Federal de Alagoas, resultou em um sarau artístico. Neste primeiro encontro, houve um momento para conversar sobre o andamento do curso para os discentes negros e negras, assim como para desenvolver uma política de dengo.

O Coletivo Pretes Psi tem como pilar de seus encontros e intervenções o quilombamento, ideia que surge como eixo central articulado tanto à ação de reorganização epistemológica quanto à valorização das presenças negras nas universidades. Adotamos a noção de quilombo como mecanismo de convivência relacionada às mobilizações de resistência feitas pelas populações africanas ao longo da história e às ações contínuas, vinculadas às sociabilidades afro-diaspóricas, de oposição aos projetos de dominação colonial (Oliveira et al., 2021).

No Brasil, a primeira referência a quilombos em documentos oficiais data de 1559, mas somente em 1740 as autoridades portuguesas usam o termo para referir-se às habitações de negros fugidos. Essa definição, organizada pelos dominadores coloniais, apresenta a fuga como elemento fundamental da formação dos quilombos (Oliveira, 2020).

A experiência de aquilombamento que abordamos no Coletivo Pretes Psi não se vincula à ideia de fuga, mas ao encontro, à existência e à possibilidade de denço. Defendemos, assim como Moura (1959), a passagem da ideia da fuga — de pertinência branca e colonial — para a consciência de que o negro que faz do seu corpo e da sua ancestralidade uma expressão de protesto radical. Para nós, aquilombar-se é existir e criar relações por meio de um movimento social transgressor.

Desse modo, o Coletivo Pretes Psi se mostra enquanto lugar de refúgio e denço em meio aos acontecimentos vividos por estudantes negros dentro e fora da universidade, no acolhimento e na reivindicação de posicionamentos por parte do Instituto de Psicologia e da universidade nos casos de racismo, como no ato de vandalismo de uma estudante que rasgou cartazes contra a fraude de cotas (7 Segundos, 2022), ou nas falas racistas de professores, como as mencionadas por Yasmim Maciane em seu TCC (Silva, 2022).

Entender o Coletivo enquanto um quilombo universitário significa compreender o quilombo como lugar de refúgio, acolhimento, rede de apoio, fortalecimento de vínculos, cuidado, denço e estratégia de permanência na graduação. Poderíamos compreender o quilombo universitário como o momento de “paz quilombola”, segundo Souto (2021, p. 150), isto é, “a ‘paz quilombola’ é o período em que o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo”.

Era justamente nesse período que os quilombos estabeleciam suas regras sociais, seus modos de produção, seus mecanismos políticos, suas práticas culturais e suas táticas de guerra (Souto, 2021). Nesse sentido, o quilombo universitário é um momento estratégico para pensar no desenvolvimento de uma universidade mais acolhedora para estudantes negros e negras, bem como para buscar o processo de descolonização dos seus currículos (GOMES, 2020). Processo que o Coletivo busca realizar através de seus encontros, e também por meio da participação em eventos, como o V Copene Nordeste e a organização do evento Diásporas na Formação, na recepção dos novos estudantes negros, negras, brancos, brancas e indígenas, assim como no cotidiano desses estudantes ao apontar lacunas nas referências sobre o impacto do racismo no desenvolvimento humano (Fernandes; Barros, 2023).

Considerações finais

Ao nosso ver, a grande contribuição dos coletivos no espaço universitário é favorecer a permanência e o (auto)cuidado dos discentes negros e negras, além de fomentar um ambiente acadêmico mais acolhedor e potencializador para esses jovens, que muitas vezes são os(as) primeiros(as) em suas famílias a ingressar em uma universidade federal, carregando sonhos e esperanças de transformar suas realidades por meio do curso escolhido.

Outro aspecto importante reside no processo de descolonização do currículo, que se dá por meio de intervenções em salas de aula e em eventos acadêmicos. São esses(as) estudantes que exigem que docentes revisitem as bibliografias tradicionais, incorporem novas referências e desenvolvam pesquisas pautadas na inserção de autores e autoras negras, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Embora nossas universidades sejam pautadas na autonomia científica, muitas vezes reproduzem apenas o padrão ocidental de conhecimento. Estamos diante da possibilidade real de construir universidades mais comprometidas com sua função de produção de conhecimento, especialmente por meio das transformações promovidas pelas cotas étnico-raciais. Com a chegada de novos estudantes provenientes dessas políticas, emergem também novos problemas de pesquisa na pós-graduação. Contudo, para que isso se concretize, é fundamental garantir a permanência desses estudantes na graduação. Esse é, a nosso ver, um dos maiores desafios pós-implantação das cotas: assegurar que os estudantes permaneçam e prosperem nas instituições de ensino superior.

Por isso, é justo e necessário desenvolver, pensar e valorizar estratégias que promovam a permanência dos estudantes negros e negras no ensino superior. É preciso reformular o debate acerca das ações afirmativas, deslocando o foco da capacidade dos alunos em ingressar para a real capacidade das universidades em acolhê-los e apoiá-los. Essa mudança de perspectiva é crucial para superar abordagens unilaterais, que tradicionalmente se concentram apenas em questionar a aptidão dos ingressantes ou o impacto dessas políticas na qualidade do ensino.

“Aquilombar” as universidades significa transformá-las em territórios plurais, onde diversas subjetividades possam coexistir, promovendo a confluência de cosmovisões, corpos e saberes. É exatamente esse o objetivo dos coletivos de jovens negros e negras: converter espaços pautados por compreensões eurocêtricas, brancas e monoculturais em ambientes que

valorizem e produzam extensão, ensino e pesquisa orientados pelas múltiplas diversidades presentes no Brasil.

A pretensa neutralidade e a objetividade “fria” da produção acadêmica são questionadas a partir da política de dengo, desenvolvida pelo Coletivo Pretes Psi. Essa política parte do entendimento de que o saber é sempre algo subjetivo, um resultado do encontro entre sujeitos (Carvalho, 2020). Assim, o conhecimento em psicologia não se restringe ao âmbito íntimo, mas está intrinsecamente vinculado ao político. O afastamento da realidade estudada abre espaço para a memória social do pesquisador, que deve reconhecer seu posicionamento e lugar social na sociedade (Bernardino-Costa, 2020).

Referências

7 SEGUNDOS. Estudante da UFAL rasga cartazes sobre fraude de cotas para defender amiga. Disponível em: <https://7segundos.com.br/maceio/noticias/2022/09/20/213054-video-estudante-da-ufal-rasga-cartazes-sobre-fraude-de-cotas-para-defender-amiga>. Acesso em: 05 nov. 2023.

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. 6. reimp. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. *Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora*. Mana, v. 28, n. 3, p. e2830402, 2022.

CARVALHO, José Jorge de. *Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnico, racial e epistêmica das universidades brasileiras*. In: COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Daniel Cavalcante; BARROS, Milena Wanderley. *Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas: memórias, cartas e afetos*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. *Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras*. Ciência e Cultura, v. 59, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2007.

_____. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FILHO, Adson Santos Correia. *Projeto de intervenção: Ser negro antes de ser estudantes - intervenções com-por estudantes negres no Instituto de Psicologia da UFAL*. Trabalho apresentado na disciplina de Processos Educacionais II, Maceió, 2022.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos*. In: COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MATTOS, Wilson Roberto. *Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade*. In: COSTA-BERNARDINO, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019a.

MEIRELES, J. et al. *Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2019.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1952.

OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de. *“A gente combinamos de não morrer”: necropolítica e produção artística*. Conceição/Conception, Campinas, v. 9, 2020.

OLIVEIRA, Victor Hugo Neves de et al. *“A coisa tá preta, a coisa tá boa”: aquilombamento no contexto da formação universitária*. Revista UFG, v. 21, 2021.

RABELO, Fabíola de L. M. *Aquilombar juvenil em busca de direitos: reflexões acerca da realidade de jovens brasileiros, mais especificamente, no contexto de Belo Horizonte e Região Metropolitana*. KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, São Luís, v. 4, n. 9, p. 149-161, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/16494>. Acesso em: 22 out. 2021.

SANTOS, Saulo Cabral dos; MELO SILVA, Nayara Kelly de. **Os desafios de gênero e raça no ensino superior público: uma análise no Nordeste brasileiro**. Estudos Universitários, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 20–50, 2023. DOI: 10.51359/2675-7354.2023.255966. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/255966>. Acesso em: 27 out. 2023

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83–94, 2014.

SILVA, Fabson Calixto da. **Ação afirmativa, tensões e relações raciais na educação: repercussão em torno da política de cotas da Universidade Federal de Alagoas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, Yasmin Maciane da. **“Enegrecendo suas estantes”: o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SIMAS, Antônio Luiz; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SOUTO, Stéfane. **É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea**. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 142, n. 2, jul.–dez. 2021, p. 142–159. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Gustavo Costa; MENDONÇA, Izadora Pereira. **A contribuição de Alberto Guerreiro Ramos para a descolonização das ciências sociais no Brasil**. Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul, v. 2, n. 1, 2018.

SOUZA, T. et al. **Cartas feministas: psicologia em tempos de pandemia**. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2023.

UFAL. Resolução nº 09/2004 - CEPE, de 10 de maio de 2004. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/document.2005-05-19.6228853014>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Resolução nº 33/2003 - CONSUNI, de 06 de novembro de 2003. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Sistemas de cotas - Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/sistema_de_cotas. Acesso em: 31 out. 2023.

VEIGA, Lucas Motta. *Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta*. Fractal: Revista de Psicologia – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000.

